

PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Do Dep. Sandro Mabel)

Altera a Lei Geral das Telecomunicações, Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando a sinalização nos visores dos aparelhos de telefonia do nome da operadora terminadora da chamada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei determina às operadoras de telefonia fixa e celular a sinalização para o usuário chamador do nome da operadora terminadora da chamada.

Art. 2º A Lei Geral das Telecomunicações, Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 78-A. No estabelecimento das chamadas a prestadora deverá informar no terminal do assinante mensagem com o nome da operadora em que a chamada está sendo completada.

§1º Além do disposto no caput, no caso do serviço de telefonia fixa e comutada, quando a ligação terminar em operadora distinta da originadora da ligação, o tom de chamada deverá ser diferenciado.

§2º As operadoras deverão informar seus assinantes do procedimento de indicação da operadora de que trata esta lei por meio do sítio de internet, correio eletrônico, mensagens curta de texto, carta e contas telefônicas.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor noventa dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A competição na telefonia fixa e móvel tem se mostrado extremamente benéfica para os usuários. Na telefonia móvel há pelo menos quatro operadoras nos grandes e médios centros urbanos, dentre as quais os mais de 270 milhões de assinantes do serviço podem escolher. Na telefonia fixa a competição é menor, no entanto em todas as capitais os assinantes podem contar com no mínimo duas operadoras concorrentes.

A competição, no entanto, trás a reboque pelo menos um efeito colateral para o assinante: a diferenciação entre os preços das ligações ‘intrarede’ e ‘fora de rede’. Como forma de fidelizar seus clientes, as operadoras oferecem cada vez preços mais vantajosos, às vezes até gratuitos, para ligações terminadas na mesma rede da operadora e tarifam fortemente aqueles que terminam nas concorrentes. Sabemos que a tarifação é decorrente da remuneração necessária repassada à rede terminadora da chamada, mas entendemos, igualmente, que os assinantes poderiam ser avisados pela operadora de que o número que está sendo chamado pertence a outra operadora e que, portanto, será aplicada outra regra de tarifação. Não por acaso, profissionais liberais e empresas utilizam vários códigos de acesso, normalmente um em cada operadora, como forma de facilitar a vida de seus clientes. Ao usuário pessoa física, no entanto, não convém o pagamento de vários chips, várias linhas e manter aparelhos *multichips*, sabidamente mais caros.

A portabilidade, introduzida no mercado brasileiro em 2007 e que possibilita ao usuário manter o número de assinante na eventualidade de mudança de operadora, trouxe outro complicador para o usuário chamador. Com o potencial de ser extremamente benéfica para o usuário que busca alternativas melhores e mais baratas, a portabilidade, no entanto, tem se mostrado um pesadelo econômico para os usuários em geral. Existem no Brasil, aproximadamente três milhões de números portados, um pouco mais de um milhão na telefonia fixa e quase dois milhões na modalidade móvel. Isto indica que, considerando-se o universo de acessos em funcionamento, há uma probabilidade não desprezível de que uma ligação caia em uma rede distinta daquela que o assinante pode ser levado a crer, devido a sua familiaridade com o prefixo chamado.

Dessa maneira, oferecemos o presente projeto de lei. A iniciativa, de maneira simples, estabelece que os usuários devem ter a facilidade de poder ler nos próprios visores dos aparelhos o nome da operadora que está sendo chamada. Entendemos que, do ponto de vista das operadoras, a medida é perfeitamente viável uma vez que a totalidade da planta de telefonia brasileira é digitalizada. No entanto, entendemos que no caso da telefonia fixa, há assinantes do serviço que possuam aparelhos telefônicos sem visores. Por isso, o projeto estabelece que a sinalização deverá ser igualmente feita mediante o uso de tom de chamada diferenciado.

Entendemos que a proposta é um claro avanço da regulamentação em prol da proteção dos assinantes. A implantação da medida não trará custos adicionais para a manutenção dos serviços. Haja vista a completa digitalização das redes, os possíveis custos decorrentes desta obrigação poderão ser perfeitamente absorvidos mediante a exploração normal dos serviços. Entendemos que a LGT no seu artigo 3º, inciso IV, que garante aos assinantes “informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços” dá o respaldo necessário à medida que ora quer se implementar, sem ensejar revisão de nenhum contrato ou licença de exploração.

Pelos fatos aqui elencados, solicitamos o apoio dos nobres pares para a APROVAÇÃO deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado SANDRO MABEL